

O FEMININO NO ITAMARATY: MULHERES NO LAGO DOS CISNES

Gabriela Soares Balestero¹

De Montaigne a Rousseau, passando por Molière e Fénelon, conjuram-nas a voltar às suas funções naturais de donas-de-casa e de mãe. O saber, diziam eles, estraga a mulher, distraíndo-as de seus deveres mais sagrados.

(Elisabeth Badinter)

Resumo: O presente estudo busca compreender o feminino e a representatividade política feminina na Diplomacia Brasileira. A participação de mulheres na política precisa ser discutida, visto que, em um mundo no qual as injustiças e lutas por igualdade não se restringem apenas ao âmbito doméstico, a participação paritária e representativa das mulheres no espaço público é uma exigência para o avanço da promoção da igualdade de gênero. Assim, o artigo científico pretende analisar teoricamente uma política que traduza as ideias de democracia e inclusão, visto que ainda há baixa presença de mulheres na estrutura de comando do Itamaraty bem como em concursos de admissão à carreira diplomática, trazendo alguns questionamentos e complexidades da própria luta pelo poder em paridade ao masculino que ainda é maioria na carreira diplomática.

Palavras-Chave: igualdade; inclusão; política; mulheres; diplomacia.

THE FEMININE IN ITAMARATY: WOMEN IN SWAN LAKE

¹ Doutoranda em História da Universidade Federal de Uberlândia. Doutoranda em Direito Constitucional pela Universidade de Buenos Aires. Mestre em Direito pela Faculdade de Direito do Sul de Minas. Advogada. Socióloga e Cientista Político.

Abstract: The present study seeks to understand the feminist perspectives and female political representation in Brazilian Diplomacy. The participation of women in politics needs to be discussed, since, in a world in which injustices and struggles for equality are not restricted to the domestic sphere, the equal and representative participation of women in the public space is a requirement for advancing the promotion of gender equality. Thus, the scientific article intends to theoretically analyze a policy that translates the ideas of democracy and inclusion, since there is still a low presence of women in the Itamaraty command structure as well as in competitions for admission to the diplomatic career, bringing some questions and complexities of the own power struggle in parity to the masculine that still is majority in the diplomatic career.

Keywords: equality; inclusion; politics; women; diplomacy.

I - INTRODUÇÃO



o parafrasear a definição de “história como a ciência dos homens no tempo”, realizada por Marc Bloch (2001), Tilly ajusta tal fórmula estabelecendo uma simples, porém brilhante definição para a história das mulheres: “a ciência das mulheres no tempo”. Mais do que pensar o critério biológico, familiar, geográfico, de costumes e regras sociais, raça ou de classe social, a melhor justificativa para validar a importância dos estudos acerca da mulher, é porque as mulheres não apenas vivem, mas também atuam no tempo. Logo, são atores históricos e como tal precisam ser considerados, e, sendo assim, é necessário compreender que a construção de uma sociedade justa e inclusiva passa, necessariamente, pela igualdade de acesso, oportunidades e direitos entre homens e mulheres.

No que tange ao gênero na história, podemos destacar a afirmação de Michelle Perrot (PERROT, 2007, p. 15) que ressalta que a história das mulheres mudou, pois “partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação”. Além disso, o cuidado de si proposto pelos feminismos às mulheres significou que poderiam ser outras do que haviam sido predestinadas a ser (ou seja, restritas à esfera privada), lançando-se na vida pública, cultural, social, como escritoras, artistas, compositoras, intelectuais, juristas, cientistas ou políticas, reatualizando o imaginário político e cultural e introduzindo novos modelos de constituição de si, elevando os feminismos e promovendo os saberes das mulheres (RAGO, 2015). Na carreira diplomática as mulheres ainda são minoria.

Assim o presente texto busca trazer contribuições que vissem romper com o patriarcado ainda presente dentro da carreira diplomática brasileira com o desenvolvimento de vertente de análise em perspectiva de gênero e com o reconhecimento das mulheres como sujeitos de direitos nas relações internacionais contemporâneas, devendo ser incentivadas a ingressarem e serem promovidas na carreira diplomática.

II – FEMINISMOS: BREVES APONTAMENTOS

A inserção das mulheres na esfera pública foi, ao longo do tempo, acompanhada por críticas e resistências, o que as impediu por muito tempo de atuar politicamente, sendo vozes não ouvidas e marcadas pela invisibilidade. Consoante Carla Bassanezi Pinsky (PERROT, 2007, p. 11):

No século XVIII ainda se discutia se as mulheres eram seres humanos como os homens ou se estavam mais próximas dos animais irracionais. Elas tiveram que esperar até o final do XIX para ver reconhecido seu direito à educação e muito mais tempo para ingressar nas universidades. No século XX,

descobriu-se que as mulheres têm uma história e, algum tempo depois, que podem conscientemente tentar tomá-la nas mãos, com seus movimentos e reivindicações. Também ficou claro, finalmente, que a história das mulheres podia ser escrita. Hoje já é uma área acadêmica consolidada.

Durante muito tempo as diferenças de gênero eram entendidas como biologicamente determinadas, em que o saber médico passa a definir as mulheres como seres biológicos se moralmente diferentes e inferiores em relação aos homens, e incapazes de participarem ativamente da esfera pública (RAGO, 2015, p. 265). Muito difundidos em nosso meio, os discursos de senso comum, por exemplo, *homem não chora, as mulheres são frágeis e sensíveis*, etc, funcionam como resposta para possíveis indagações acerca da veracidade de padrões pré-estabelecidos, em que a condição feminina era vista como uma barreira para o trabalho intelectual. Engessando os comportamentos, limitando a liberdade com base em uma legitimidade que não se adequa ao racional, como a resposta no *natural*. Neste sentido, Simone de Beauvoir defendeu que:

Ninguém nasce mulher, torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam se de feminino. (Beauvoir 1967: 9)

Assim, para Simone de Beauvoir, o tornar-se mulher é ali proposto nas experiências vividas por homens e mulheres nas dimensões do indivíduo e da vida social que o efetivam, que o alçam à condição de real, isto é, seja nas instituições formadoras, seja nas diversas possibilidades de vivência presente, mulheres e homens forjam-se em sua identidade individual na relação que a sua liberdade estabelece com a liberdade daqueles com quem convivem. Pode-se dizer que toda a investigação de Beauvoir sobre a mulher descreverá o drama dos movimentos de interrogação, reflexão e superação desta situação de estar posta como um indivíduo, se não derivado ou até mesmo relativizado em face de outro indivíduo que se tornou historicamente soberano

absoluto de seu gênero. Nesse passo, Beauvoir atribui grande importância ao trabalho como meio de conquista da autonomia para as mulheres em especial, e, portanto, a condição de sujeito da própria história seria determinada pelo acesso das mulheres à educação e ao trabalho. (DALMÁS, MÉNDEZ, 2015).

Partindo dessa questão que Elshtain (1981) introduz a relação do público e privado, denunciando a predominância da identificação da esfera política com características masculinas, e dando o impulso inicial a uma das bases da teoria feminista das relações internacionais. Como exemplo podemos citar as construções sociais de ‘homem público’ (geralmente associado à notoriedade, com conotação positiva) e a ‘mulher pública’ (com forte conotação negativa), em que um dos traços mais característicos da sua personalidade, na visão dos médicos, é a *preguiça*, a aversão ao trabalho e a perseguição desenfreada do prazer (RAGO, 1985, p. 89). Perrot diz, a esse respeito:

Investido de uma função oficial, o homem público desempenha um papel importante e reconhecido. Mais ou menos célebre, participa do poder. [...] Depravada, debochada, lúbrica, venal, a mulher – também se diz a ‘rapariga’ - pública é uma ‘criatura’, mulher comum que pertence a todos (PERROT, 1998, p., 7).

Michelle Perrot analisa evidências e verifica que a inserção feminina no espaço público, procurando evidências sofre resistência em alguns campos profissionais, assim como há recusa na efetivação de direitos, em um mundo em que há o predomínio da igualdade formal e não material. Mais ainda, Perrot trabalha com temas como frentes de luta, palavras de força, imagens, ambientes de representação e determinação, além da relação das fronteiras entre público e privado, político e pessoal (PERROT, 1998; 2007).

Contemplando diferentes olhares sobre as mulheres e colocando-se a si própria como testemunha e protagonista, Michelle Perrot já destaca que há um processo da crescente visibilidade das mulheres em seus combates e suas conquistas nos

espaços público e privado como algo que ainda não terminou, luta em curso, narrativa histórica em construção. (PERROT, 2007). Assim, consoante Perrot toda história é contemporânea, pois tem um compromisso com o presente, interroga o passado tomando como referência questões que fazem parte da vida feminina, como a existência de desigualdades de gênero, os significados das aparências, as manifestações da sexualidade, a luta por direitos, o papel da família, do Estado e das religiões no cotidiano das pessoas, as dificuldades e possibilidades de acesso à cultura, entre outras. (PERROT, 2007, p. 11).

Contribuição relevante é trazida por Foucault na qual “o poder não opera em um único lugar, mas em lugares múltiplos: a família, a vida sexual, a maneira como se tratam os loucos, a exclusão dos homossexuais, as relações entre os homens e as mulheres...” (FOUCAULT, 2006, p.262). Assim, em Foucault, o poder é relacional. Não estamos presas a essa lógica determinista e, portanto, a realidade é passível de mudanças. Segundo Margareth Rago (2015) em Foucault:

As mulheres se tornam mais fortemente presentes em sua obra a partir de um outro polo, isto é, a partir de suas análises sobre o poder disciplinar e a biopolítica, na sociedade moderna. Preocupado com a maneira pela qual o poder incide molecular e invisivelmente no cotidiano da vida social, constituindo as relações sociais e instituindo identidades naturalizadas, Foucault produz uma crítica incisiva às formas da dominação capitalista. Segundo ele, o poder não se exerce simplesmente de cima para baixo, como uma força repressiva que do Estado se abate sobre a “sociedade civil”. Mais do que isso, as tecnologias disciplinares e biopolíticas atravessam os corpos e as subjetividades, normatizam os gestos, produzem o próprio desejo e promovem maneiras submissas e conformadas de existência, do indivíduo à população. (Rago, 2015, p. 265)

Foucault só irá tematizar a questão do poder a partir da sua aula inaugural no Collège de France, A ordem do discurso (1971). Nesta aula ele retoma a ideia do discurso relacionando-a com a ideia da exclusão e do banimento e as articula com uma nova mediação: o poder.

Eis a hipótese que gostaria de apresentar esta noite, para fixar o lugar – ou talvez o teatro muito provisório – do trabalho que faço: suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos, que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1998, p. 8-9).

Em Foucault, os discursos são organizados com o objetivo de exercer um poder através de uma ordem “verdadeira” que estabelece quais os saberes a serem preservados e quais devem ser abolidos. E a própria ordem do discurso é produzida discursivamente em uma luta sem fim de discursos e poderes que permeiam todas as relações sociais e são construídas historicamente. Assim, todo discurso revela um desejo e uma vontade de poder por trás dele. Inicialmente a verdade não se situava “no” discurso, mas sim em “quem” proferia o discurso. Algo era crível e era “verdadeiro” simplesmente porque este algo foi dito por alguém que possuía poder suficiente para se fazer confiável.

Por mais que o discurso seja, aparentemente, bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT, 1998, p. 10)

Foucault considera o poder como uma prática social em constante transformação e constituído historicamente, e não como uma realidade que possua uma natureza, uma essência que poderia ser definida por suas características universais. O poder é exercido pelas pessoas em suas relações cotidianas; portanto, é exercido na forma de micropoderes. Foucault atribui caráter relacional ao poder e considera que o poder não é algo que se possui, mas algo que se exerce e, sendo assim, nunca existirá

uma situação na qual não há tipo algum de dominação, e sendo, assim, “a crítica feminista evidencia as relações de poder constitutivas da produção de saberes, como aponta Michel Foucault” (RAGO, 1998, p. 25).

Recebendo influência de Michel Foucault, a historiadora Joan Scott (1995) reflete em seu artigo “*Gênero, uma categoria de análise histórica*” procurando desconstruir a oposição universalizante entre homem e mulher, masculino e feminino, e sendo assim, em direção contrária ao uso meramente descritivo e universal da categoria gênero, Scott sugere refletir e pensá-la como sendo um saber sobre as diferenças sexuais e uma maneira de dar sentido às relações hierárquicas de poder. Assim, a autora evidencia a emergência de um feminismo da diferença e refuta a afirmação de que a ciência, a história, a política seriam neutras de gênero. (CARNEIRO, 2015, p. 246). Consoante Foucault “vivemos na era da governabilidade” e sendo assim, o movimento feminista também atravessa por procedimentos estratégicos de poder para determinar condutas, definir regras, regular procedimentos, impor proibições (RAGO, 2013, p.234).

Joan Scott (SCOTT, 1986), ao analisar o gênero como uma categoria útil de análise das relações sociais e de poder, afirmou que a história política é encenada no terreno do gênero. Temas como a guerra, a diplomacia e a política externa também foram construídos a partir de relações de poder entre o feminino e o masculino, estabelecendo a sua existência e autoridade a partir da exclusão de mulheres do seu funcionamento. Tickner (2001) explica:

Mais rica do que as explicações racionalistas generalizadas sobre o comportamento de estados associiais e estruturas anárquicas, típicos de metodologias convencionais, as teorias feministas são baseadas em uma ontologia de relações sociais. Ao revelar e analisar hierarquias de gênero socialmente construídas, as perspectivas feministas tentam entender a subordinação das mulheres, que é vista como variável ao longo do tempo e espaço (p. 276, tradução nossa).

Reforçando esse enfoque, Scott (1986), baseando-se em

Foucault, considera o “gênero” um elemento constitutivo das relações sociais, uma forma primária de relações significantes de poder, isto é, presente em todas as demais esferas da vida social humana. Para Scott “o gênero é uma construção social de cunho relacional, mitigado por relações de poder”, rejeitando assim o caráter fixo e a oposição permanente e binária (MASO, GALHERA, 2015, p. 570). Scott ainda complementa que as mulheres combinaram para desafiar a viabilidade da categoria das “mulheres” e introduziram a “diferença” com o um problema a ser analisado para além do binarismo ou oposição “homem” e “mulher”, e assim, é de suma importância discutir questões atuais e candentes no meio social no seio acadêmico e buscar “perceber as possibilidades abertas para a produção do conhecimento pelas discussões que giram em torno da incorporação do gênero” (RAGO, 1998, p.22/23), sendo necessário a adoção de um conceito de gênero que não esteja atrelado à diferença sexual pois:

O foco na diferença tornou explícita parte da ambigüidade que sempre esteve implícita na história das mulheres, apontando para os significados inerentemente relacionados das categorias de gênero. Trouxe à luz questões sobre os elos entre o poder e o conhecimento e demonstrou as interconexões entre a teoria e a política. (SCOTT, 2002,p.85).

Assim, consoante Diva do Couto Gontijo Muniz (2015, p. 318) a mulher, pensada, portanto na acepção ampla de posição política, posicionada no campo movediço instável e arriscado da ação e reflexão dos estudos feministas e pensada como uma identidade politicamente assumida e invariavelmente ligada aos lugares social, cultural, geográfico, econômico, racial, sexual, geracional etc., aos lugares que nós mulheres ocupamos e de onde lemos, interpretamos o mundo (MUNIZ, 2015, p. 318) e nos fazemos ouvir. Assim, é necessário pensarmos em um conceito de gênero que não preso à diferença sexual e nem com ela se confunda e sim em um campo social heterogêneo e começar a pensar o gênero, consoante Tereza de Lauretis, como produto de diferentes tecnologias sociais, de discursos e práticas da vida

cotidiana (LAURETIS, 1994, p.208).

Segundo Pettman (2005), ao argumentar que os feminismos² fazem muitos e importantes apelos, dentre eles o de que todas as relações sociais possuem relações de gênero. Segundo ela, experienciamos o gênero junto com todas as outras identidades sociais, o que revela como parciais aquelas representações de relações sociais (incluindo políticas globais) que parecem ser neutras de gênero, mas que são, na verdade, universalizações de experiências e conhecimento masculinos. No mesmo sentido argumenta Tickner (2001), ao considerar que o conhecimento humano tem sempre sido igualado ao conhecimento dos homens (geralmente homens de culturas dominantes) e questiona a utilização de tais conhecimentos para se chegar a qualquer compreensão adequada das “realidades” que homens e mulheres, separadamente, experienciam.

As mulheres são objeto de discriminação e exclusão social, econômica e política, permitindo esta aproximação sociológica (OSBORNE, 1996, p. 80), pois segundo Wirth “um grupo minoritário é qualquer grupo de pessoas que, a causa de suas características físicas ou culturais, se da sociedade na que vive, recebendo desta um tratamento diferente e injusto” (OSBORNE, 1996, p. 79). Colette Guillaumin sustenta “por grupos minoritários entenderemos não aqueles que seriam forçosamente menores em número, e sim aqueles que em uma sociedade estão em estado de ‘menor poder’, seja este poder econômico, jurídico, político” (OSBORNE, 1996, p. 80).

Nesse passo constata-se que a categoria de gênero engloba fatores históricos, sociais e culturais, bem como de poder,

² O feminismo pode ser definido pelo seguinte: movimento social e político que se inicia formalmente no final do século XVIII – ainda que sem adotar todavia esta denominação – e que supõe a tomada de consciência das mulheres como grupo ou coletivo humano acerca da opressão, da dominação, da subordinação e da exploração de que têm sido e são objetos por parte dos varões no seio do patriarcado, em suas distintas fases históricas [...], que as movimentam na ação pela libertação de seu sexo com todas as transformações da sociedade que sejam necessárias. (SAU, 1981)

todos envolvidos na construção dos perfis, papéis e identidades ‘masculina’ e ‘feminina’. Longe de serem neutras, as relações de gênero, que se manifestam de maneira velada ou explícita, possuem relações de poder inerentes a elas. Como bem trata Possas tome-se “gênero” como uma categoria de análise histórica de natureza relacional, a fim de se entender a construção dos perfis e dos comportamentos masculino e feminino, um em função do outro e construídos social, cultural e historicamente num tempo, espaço e cultura determinados. Assim, os papéis normativos, os comportamentos atribuídos a homens e mulheres e a relação entre os sexos não são discursos neutros, mas representações construídas repletas de significados e de relações de poder (POSSAS, 2004, p.265). Portanto, os feminismos vieram a atuar em espaços historicamente construídos e tiveram que desconstruir ideologias e armar resistências que desumanizavam as mulheres no geral, mas especialmente, as negras, as indígenas, as pobres, as estrangeiras e estimular reivindicações igualitárias por direitos, inclusão e mais ainda respeito.

Tal estrutura patriarcal de dominação é refletida na diplomacia brasileira. É notório que mulheres e homens possuem diferentes acessos a posições de poder. Enquanto os homens se ocupam de cargos de gestão ou de tomada de decisões, as mulheres seguem relegadas a cargos de menor importância. A Ciência Política e nas Relações Internacionais foram áreas das ciências humanas em que a inserção feminina aconteceu com maior demora, devido, dentre outros fatores, à “masculinidade” atribuída ao poder, bem como aos preconceitos e estereótipos a respeito dos supostos papéis dos homens e mulheres. Esse campo de estudos, no entanto, tem presenciado uma emergência de perspectivas que têm questionado a predominância dessa cultura política e da identificação do campo com características masculinas, ao mesmo tempo em que têm fomentado novos modos de ver as instituições políticas, levando em conta a participação de sujeitos

antes invisíveis: as mulheres. Isso se deve a uma série de transformações, que refletem em um aumento do acesso de mulheres às carreiras e áreas predominantemente masculinas. Desta forma, podemos dizer que as transformações ao longo da história, permitiram que as mulheres adquirissem novas experiências concretas na sociedade, rompendo gradativamente as barreiras duais e opressoras geradas pelo patriarcado.

III – MULHERES NA DIPLOMACIA BRASILEIRA

Na sociedade contemporânea presenciamos a introdução de uma perspectiva de gênero em todos os setores da sociedade seja na política, no trabalho, nas instituições privadas e nas organizações públicas, seja no desenvolvimento de políticas públicas. A manutenção da estrutura patriarcal é refletida também no campo político onde é dificultado o acesso das mulheres nas esferas públicas institucionais.

Talvez por envolver as relações entre o masculino e o feminino, o tema “Mulheres na diplomacia brasileira” seja relegado pelas discussões públicas, principalmente quando se relaciona à política internacional e mais ainda a representatividade feminina perante as nações. Tal situação não ocorre somente no Brasil e sim em países como Estados Unidos e Inglaterra em que até os anos 70, a carreira de mulheres na diplomacia era restrita devido à proibição de funcionárias casadas nos quadros (MORIN *apud* BALBINO, 2011). Temas como a guerra, a diplomacia e a política externa também foram construídos a partir de relações entre o feminino e o masculino, estabelecendo a sua existência e autoridade a partir da exclusão de mulheres do seu funcionamento (SCOTT, 2001), consoante Suzeley Kalil Mathias:

A participação das mulheres em operações de paz é vista como uma importante oportunidade para as mulheres exercerem a tarefa de *diplomacia com uniforme* ao poder realizar as atividades vinculadas com a construção da paz, ainda que esta não seja uma tarefa exclusiva de DPKO, já que a

preocupação do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), por meio do seu Birô de Prevenção de Conflitos e Reconstrução da Paz, pouco a pouco considera que, para poder dar por exitosa a avaliação de uma determinada operação de paz, se deve incursionar no terreno de maior participação feminina nessas operações. Mas lembrar que há “diplomatas com uniforme” nas frentes de batalha tem sido o mecanismo de afastar a discussão e jogar para um futuro sempre mais distante a incorporação da mulher com iguais oportunidades que seus pares homens às operações de paz.

Um entrave à participação feminina em operações de paz é que se considera que as mulheres cumprem adequadamente as missões de segurança, enquanto policiais, como nos seus próprios países, nos quais atuam correntemente nos casos de violência doméstica e de abusos sexuais. Porém, os contingentes policiais são escassos e difíceis de recrutar, enquanto as possibilidades são maiores quando se trata de militares. (MATHIAS, 2009, pp.9-10).

No discurso de encerramento dos cursos jurídicos na faculdade de direito de São Paulo em 1931 de Bráz de Souza Aruda (1931, p. 229 e p. 238) intitulado “A Mulher na Diplomacia” já ressalta justamente a questão da ausência de mulheres na diplomacia no início do século XX onde afirma:

Comquanto a escolha do agente diplomático dependa exclusivamente do estado que o constitui, raramente têm sido as mulheres empregadas na diplomacia, não sendo contudo o sexo, na opinião abalizada de HEFFTER, um obstáculo á carreira diplomática.

[...]

Em um ponto, a mulher é superior ao homem, no tacto, na habilidade, na astúcia, no que poderíamos chamar — Machiavellismo, e no seu horror á violência, á brutalidade, no amor profundo á paz: — qualidades fundamentaes para a diplomacia.

A título de comprovação histórica, no Brasil, em 1918, Maria José de Castro Rebello Mendes foi a primeira colocada em concurso de ingresso no quadro de oficiais da Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Sua admissão foi contestada

pelas autoridades de então, mas a defesa brilhante de Rui Barbosa garantiu seu direito. Tratava-se da primeira mulher a ingressar no corpo diplomático brasileiro, a qual abriu caminho para a presença feminina no funcionalismo público do País e inspirou o ingresso de outras mulheres na carreira diplomática, a exemplo de Beata Vettori, Dora Vasconcellos e Odette de Carvalho e Souza, primeira embaixadora brasileira, que chefiou de 1956 a 1959 o então Departamento Político do Ministério das Relações Exteriores (ANUÁRIO, 2016, p.26).

Segundo dados do Instituto Rio Branco a média histórica de acesso de mulheres à carreira diplomática no patamar de 20%. Atualmente, o número de mulheres em atividade na carreira diplomática é de 364, de um total de 1.588 diplomatas, o que representa aproximadamente 22,9% do efetivo. Entre as mulheres em atividade, 37 pertencem à classe de ministra de primeira classe (18,6% de um total de 199 embaixadores), e 36 exercem a chefia de embaixadas, consulados e representações do Brasil mundo afora (15,9% de um total de 227 postos).³ Nesse sentido, mulheres na diplomacia (ou ausência delas) é fato.

Segundo a embaixadora Thereza Maria Machado Quintella, primeira mulher formada pelo Instituto Rio Branco a se tornar embaixadora no Brasil, a baixa presença de mulheres na estrutura de comando do Itamaraty “deve-se à resistência dos homens em abrir mão de seus privilégios”. A embaixadora, no entanto, demonstra otimismo em relação a uma mudança de cenário. “O empoderamento das mulheres é um fenômeno na realidade bastante recente e sua marcha, inexorável. Os homens resistem, mas a batalha está perdida, porque as mulheres não abrirão mão do seu direito à igualdade” (QUINTELLA, 2018, p. 7) e ainda afirma “o que mais preocupa atualmente é a ausência de

³ Os dados são de fevereiro de 2016, conforme Anuário do Instituto Rio Branco. Nas páginas 26 à 28 estão disponíveis gráficos referentes ao número de mulheres por turma dos anos de 1953 à 2015 (Brasil. Ministério das Relações Exteriores. Instituto Rio Branco. Anuário do Instituto Rio Branco / Ministério das Relações Exteriores. – Brasília: Instituto Rio Branco, 2016).

mulheres na estrutura de comando do Itamaraty. Só espero que isso seja conjuntural, e não sinal de retrocesso. A turma que se formou nesta sexta tem 30 diplomatas, dos quais nove são mulheres”⁴.

Ademais, visando mobilizar as estruturas, é necessário refletir sobre a experiência das mulheres na política diplomática brasileira visto que, apesar dos grandes avanços das mulheres pela igualdade de gênero, ainda há um caminho amplo e espinhoso a ser percorrido, uma vez que a presença das mulheres no Itamaraty ainda não é paritária e atualmente as diplomatas se responsabilizam pelos postos mais baixos da hierarquia, como, salvo raríssimas exceções (MATHIAS, 2009, p.12), sendo mais ampla a presença feminina como “Oficial de Chancelaria”, ou seja, a atividades próximas as de secretariado. Já a carreira diplomática exigiria maior traquejo nos jogos de poder, maior protagonismo laboral, sendo esse um treinamento voltado ao masculino (BALBINO, 2009, p.261). A embaixadora Thereza Maria Machado Quintella, quando questionada sobre a baixa presença em cargos de maior importância respondeu:

Quando homens em posições de poder estão preparados para participar, ao lado das mulheres, desse esforço, os avanços são mais rápidos e mais suaves. Chegou a haver no Itamaraty, alguns anos atrás, sensibilização para a necessidade de considerar também as candidaturas femininas aos escalões mais elevados da carreira de diplomata, bem como de nomear mulheres para funções de alta chefia na Secretaria de Estado, como a direção de Subsecretarias-gerais políticas, e a chefia de postos relevantes, como as Delegações Permanentes junto à ONU, em Nova York e em Genebra, a Delegação junto à União Europeia, em Bruxelas, e a Embaixada em Paris. Atualmente, porém, a Casa ressentem-se de estarem as mulheres sub-representadas, tanto na hierarquia de comando do Ministério quanto na condução dos postos de maior visibilidade. (QUINTELLA, 2018, p.8)

Assim, para a construção da igualdade de gênero na

⁴ Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/04/formatura-de-diplomatas-celebra-marielle-e-constrange-o-governo-e-o-golpe>

diplomacia brasileira é necessária a igualdade de oportunidades de acesso entre homens e mulheres na carreira diplomática e que seja incentivada a participação no concurso de admissão e fornecidos mecanismos que apoiem a progressão feminina na carreira, na tentativa de romper com categorias binárias, hierárquicas e estruturantes. Ainda é interessante mencionar o fato de que o edital do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata 2017 trouxe dentro do conteúdo programático do certame, o item “Políticas de identidade: gênero, raça e religião como vetores da política”, sendo uma maneira de ser analisada a temática pelos candidatos durante o referido concurso público⁵.

Embora não se pretenda que as perspectivas feministas deem soluções para todas as necessidades do campo diplomático, espera-se que elas possam fazer importantes contribuições ao deixar falarem vozes que não tinham sido previamente ouvidas (TICKNER, 2001), visto que, com a ausência de representatividade feminina no corpo diplomático brasileiro dificilmente políticas internacionais centrais e voltadas à orientação das políticas interna e externa para a promoção da igualdade de gênero e empoderamento de mulheres e meninas serão debatidas e implantadas, ampliando ainda mais o distanciamento entre relações internacionais e gênero.

Ressalta-se ainda que esse distanciamento entre a categoria de gênero e as relações internacionais tem sido percebido pelos estudiosos da área, como Halliday (1999). Segundo ele, tradicionalmente o objeto de estudo das Relações Internacionais são as chamadas *high politics*, na qual as questões de gênero parecem não ter relevância. Os estudiosos de Relações Internacionais tendem a ver essas questões como problemas intra-nacionais, resultando em uma visão das relações internacionais como sendo “neutras de gênero” (TICKNER, 2001). A linguagem da política internacional também contribui para esse afastamento,

⁵ Vide edital a respeito: http://www.cespe.unb.br/concursos/IRBR_17_DIPLOMACIA/arquivos/IRBR_ED_1_ABERTURA.PDF

ao sugerir um forte conteúdo convencional masculino com sua ênfase em valores como a obstinação e a competição (HALLIDAY, 1999). Isso é perceptível, por exemplo, no discurso de Maquiavel (2003), em que ele coloca as qualidades virtuosas (caracterizando o masculino, a ação, a qualidade do vir) e, no outro extremo, a fortuna (o caráter feminino, dito inconstante e caprichoso).⁶ Elshtain (1981) introduz a relação do público e privado, denunciando a predominância da identificação da esfera política com características masculinas, e dando o impulso inicial a uma das bases da teoria feminista das relações internacionais. Assim, as autoras denunciaram o caráter masculino e patriarcal presente na carreira diplomática e nas relações internacionais.

Igualmente condicionada ao gênero masculino, temos a prática política: as mulheres que vieram a ocupar posições políticas no topo tinham, em sua maioria, buscado assegurar a sua contraparte masculina, como, por exemplo, Margaret Thatcher e Jean Kirkpatrick (HALLIDAY, 1999). Em outras palavras, elas tiveram que se “despir” de seu papel feminino a fim de se afirmarem no cenário político. Thatcher, por exemplo, ficou conhecida como a “Dama de Ferro”, pela sua postura rígida.

As mulheres são os mais claros casos de atores não-estatais, já que seguramente pode ser estabelecido que as mulheres como um grupo não detêm poder estatal em qualquer um dos 190 países independentes do mundo (HALLIDAY, 1999). Apesar disso, devem ser consideradas, já que sempre foram jogadoras na política internacional, mesmo que suas vozes raramente tenham sido ouvidas nos salões do poder estatal (TICKNER, 2001).

Podemos dizer, assim, que o estudo feminista das Relações Internacionais de maneira geral tem por finalidade focalizar a atuação das mulheres e sua relação com o cenário internacional, uma vez que nas teorias de Relações Internacionais elas permaneceram à margem das análises. Para se chegar nisso, as teorias

⁶ Acerca deste aspecto, Halliday (1999, p. 165) cita Pitkin (1984).

feministas têm procurado explicar a subordinação das mulheres às posições econômicas e sociais dos homens e estimular o debate no intuito de inseri-las como atores políticos e sujeitos de ações sociais significativas. Essa perspectiva se construiu, segundo Young (2004), sobre o trabalho de teorias políticas e econômicas feministas. Com tais bases, foi possível que as teorias feministas das relações internacionais examinassem o enquadramento masculinista da política, economia e instituições, incluindo o Estado e seus componentes militar e governamental, bem como os discursos através dos quais essas instituições operaram e se reproduziram ao longo do tempo (YOUNGS, 2004). Aliás, o discurso, componente inerente a qualquer teoria, “... não apenas traduz os sistemas de dominação, mas também é o instrumento de poder de que todos querem se apoderar”. (FOUCAULT, 1998, p. 10).

Pode-se considerar, então, a teoria tradicional das Relações Internacionais não apenas como um discurso⁷, mas como um instrumento que ajudou a perpetuar uma visão de mundo distorcida e parcial, reflexo do poder desproporcional de controle e influência que os homens mantiveram (em vez da realidade social completa das vidas das mulheres, homens e crianças) (YOUNGS, 2004). Esse caráter da teoria das relações internacionais também é ressaltado por autores como Carr (2001), que, ao tratar das limitações da teoria clássica realista denuncia que o próprio realismo se revela, na prática, tão condicionado quanto qualquer outra forma de pensamento. Segundo ele, a crença de que certos fatos sejam inalteráveis, ou certas tendências irresistíveis, normalmente reflete uma falta de desejo, ou de interesse, em mudá-los ou resistir a eles. No mesmo sentido argumenta Keohane (s.d.), ao dizer que a maneira usual (tradicional) pela qual se

⁷ Segundo Tickner (2001), muitos estudiosos do lado crítico, dentre eles os estudiosos da perspectiva feminista, têm sido céticos em relação aos desafios de estudos ‘convencionais’ por explanações objetivas e universais, típicas de metodologias positivistas; por isso, tendem a perguntar sobre quais interesses e para que propósito o conhecimento é construído.

discute a soberania parece refletir pensamento tradicionalmente masculino, com sua ênfase no controle e sua forte inclinação por absolutas e dicotômicas categorias.

Fundamentadas nesses questionamentos, as perspectivas feministas demandam uma revisão do que tem sido considerado nas Relações Internacionais até hoje. Partindo da análise crítica de representações formadas e cristalizadas pelos teóricos realistas, acredita-se que, uma vez desconstruídos, esses discursos podem revelar condicionamentos e visões parciais de mundo, que dificultaram por muito tempo tanto a inserção feminina no campo quanto a visibilidade das mulheres como também atuantes na arena internacional.

Assim, apresentam-se à teoria feminista das Relações Internacionais alguns desafios (HALLIDAY, 1999): revelar como as questões de gênero e valores desempenham um papel nas relações internacionais, e analisar as consequências específicas de gênero dos processos internacionais, sejam estes militares, econômicos, políticos ou ideológicos. Este último desafio tem, na visão de Tickner (2001), trazido algumas contribuições ao estudo das relações internacionais. Por serem análises “de baixo para cima”, que começam no micro nível, elas tentam entender como indivíduos, enredados em relações sociais, causam e sofre impacto de políticas internacionais no mais alto nível. É dessa forma que as feministas tentam contribuir com uma nova perspectiva, traçando a ligação entre o micro e o macro, e mostrando qual a influência recíproca das esferas pública e privada.

Outra contribuição relevante, segundo Sylvester (s.d.), resulta do argumento de que pessoas em posições de subordinação social – nesse caso mulheres nas Relações Internacionais – desenvolvem diferentes e mais acuradas visões sobre como o mundo e suas “regras” trabalham e como poderíamos trazer essas perspectivas para dar suporte a um campo. Uma vez conscientes da existência e contribuições dessas perspectivas ao campo da Ciência Política e das Relações Internacionais, é preciso que

se pense na prática política.

Em todo o mundo, as mulheres encontram obstáculos para sua participação na política, barreiras já apontadas pelos teóricos feministas ao constatarem a conformação masculinista da política, economia e instituições, cristalizada no Estado e em seus componentes. Em 2005, a taxa de representação feminina em todas as instâncias de atuação política estava perto de uma taxa de 16% em todo o mundo (WOMEN... 2006)⁸. Embora este cálculo venha aumentando nos últimos anos, o ideal de paridade continua permanecendo distante. De fato, chega a apenas 11 o número de mulheres no topo do poder político mundial, contrastando fortemente com os 182 países governados por presidentes ou primeiros-ministros do sexo masculino (HARAZIM, 2006). Dados como esse confirmam que, quarenta anos depois da adoção da Convenção dos Direitos Políticos das Mulheres, e apesar dos progressos inegáveis, a vida política continua sendo dominada pelos homens em todos os países (AVELAR, 2001, p.37).

As mulheres ainda são subrepresentadas em espaços de decisão no cenário internacional. Exemplo é a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), principal órgão regional de proteção dos direitos humanos nas Américas. Atualmente, a composição da Corte IDH conta com uma mulher entre os sete juízes, Elizabeth Odio Benito da Costa Rica. Em sua história, apenas quatro juízas haviam integrado a Corte IDH desde o início de sua atuação antes de Elizabeth Odio Benito. Isso pode ser uma das hipóteses para esse órgão ter demorado cerca de 28 (vinte e oito) anos para se pronunciar, pela primeira vez, sobre a temática de gênero. Nas eleições de junho deste ano, em um

⁸ Segundo dados do IDEA. Criado em 1995, o Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA), uma organização intergovernamental com estados-membros de todos os continentes, tem por objetivo ajudar a desenvolver e fortalecer as instituições e cultura da democracia em todo o mundo. O IDEA reconhece que, se as democracias novas e estabelecidas do mundo são realmente democráticas, metade da população mundial (no caso, as mulheres) não pode ser excluída. (WOMEN..., 2006).

contexto de questionamentos de organizações não governamentais sobre esse processo eleitoral, uma única mulher foi indicada como candidata. O Brasil, nas eleições de 2012, indicou Roberto Caldas, atual juiz da Corte IDH, como candidato. Sendo a seleção das juízas diretamente resultado das candidaturas designadas pelos Estados-membros da OEA, esse cenário reflete uma cultura de discriminação que exclui mulheres da participação na política externa de países americanos.

Nesse contexto, é de extrema importância posicionamentos como o de Margot Wallström, ministra das Relações Exteriores da Suécia, que ao assumir o cargo em 2014, definiu sua agenda de política externa dirigida por pautas feministas e pela promoção da igualdade de gênero. No mesmo sentido, no Brasil, um grupo de duzentas mulheres reivindicou no mesmo ano a criação de um comitê para combater a discriminação de gênero e raça dentro do Ministério das Relações Exteriores.

Na América Latina a situação não é muito diferente. Região de cultura predominantemente tradicionalista e conservadora, a América Latina possui somente 14% de mulheres na atividade política⁹. Nos últimos vinte anos, no entanto, tem se verificado uma ascensão de mulheres no cenário político, tratada por alguns analistas como resultado de um processo de “des-tape”: um processo de liberação de sociedades conservadoras, como a chilena, por exemplo (VILA-NOVA, 2006, p.A16). Num país em que mulheres e homens ainda votam em seções separadas, a eleição de uma mulher para a presidência da república tem sido considerada por seus partidários um marco histórico (LA-MEIRINHAS, 2006, p.A10). A imprensa internacional tem tratado tal fato como um salto para as mulheres na área política. Isso se justifica pelo fato de ser a primeira mulher eleita na América Latina que não tenha sido uma viúva de alguma forte

⁹ Dados referentes ao poder legislativo. Para efeito de comparação, na Europa o índice geral é aproximadamente o mesmo (14%). Já nos países nórdicos, tomados em separado, o índice de representação feminina chega a 35% (WOMEN in..., s.d.).

figura política¹⁰. Embora os resultados da votação de homens e mulheres tenham sido idênticos, o fato de ser uma mulher deu origem a especulações, e acredita-se que haverá quem continuará observando se seu comportamento será similar ou diferente ao de outros políticos e ela mesma poderá sentir a necessidade de demonstrar que trabalha igual ou melhor que os homens (PRESIDENTA..., 2017).

Se no Chile é recente o fato das mulheres estarem no poder, na Colômbia essa prática já ocorre há algum tempo. Mais exatamente desde 1991, quando Noemí Sanín se tornou ministra das Relações Exteriores daquele país, a primeira mulher a ocupar esse cargo na América Latina. Depois de Noemí, a Colômbia teve mais duas mulheres na chancelaria (María Emma Mejía, entre 1996 e 1998 e a atual, Carolina Barco Isakson). Barco tomou posse em 07 de agosto de 2002 como Ministra das Relações Exteriores da Colômbia, uma dentre as seis mulheres escolhidas pelo Presidente então recém-eleito da Colômbia, Álvaro Uribe Velez, para trabalhar durante seu governo, saindo do cargo em 12 de julho de 2006 (CAMARGO, 2005). Filha do ex-presidente colombiano Virgílio Barco, Carolina foi designada para o cargo devido à sua formação profissional em ciências sociais e econômicas, e por seu trabalho, sempre vinculado ao setor público, tendo sido inclusive consultora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PERFIL..., s.d.). O Chile teve uma presidenta que exerceu com maestria a governança do país e foi aplaudida pela população: Michelle Bachelet¹¹.

¹⁰ Destaca-se a relevância não só da eleição de Bachelet, mas também de Angela Merkel na Alemanha, e de Ellen Johnson Sirleaf na Libéria, que se caracterizam pela ascensão ao poder por meio de eleições, sem assumir o posto de um marido ou pai morto (causa mais frequente do acesso de mulheres ao poder, como nos seguintes casos: Violeta Chamorro na Nicarágua, Mireya Moscoso no Panamá, María Estela Perón –Isabelita- na Argentina, dentre outras). (WOMEN’S... 2006). No Brasil podemos destacar a presidente Dilma Rousseff e na Argentina, a ex-presidente Cristina Kirchner, ambas reeleitas por dois mandatos consecutivos.

¹¹ <http://www.elmercurio.com/blogs/2017/06/02/51519/Presidenta-Michelle-Bachelet-Hoy-Chile-es-mejor-que-ayer-porque-estamos-construyendo-bases-nuevas-y->

Cabe ao Brasil cumprir com suas obrigações de promoção da igualdade de gênero em sua política externa. A Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) estabelece em seu artigo oitavo que os Estados deverão tomar “medidas apropriadas para garantir à mulher, em igualdade de condições com o homem e sem discriminação alguma, a oportunidade de representar seu governo no plano internacional e de participar no trabalho das organizações internacionais”. No debate de alto nível do Conselho de Segurança, sobre os 15 anos da Resolução 1325 (2000), que criou a Agenda de Mulheres, Paz e Segurança, o Estado brasileiro reiterou o seu comprometimento em avançar na promoção da igualdade de gênero e no empoderamento de mulheres em todos os níveis e áreas de trabalho das Nações Unidas. Entretanto, até o momento na prática o Estado brasileiro ainda não implementou ações satisfatórias para que mulheres possam participar paritariamente nesses espaços de decisão e poder, e assim influenciar na criação de políticas destinadas a promover a igualdade de gênero na política externa brasileira.

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto podemos compreender que por mais transformações que tenha ocorrido na representação feminina ao longo dos séculos, alguns pontos são perpetuados e naturalizados na sociedade de forma que retificam o discurso patriarcal e masculino sobre as mulheres, legitimando, inclusive, o preconceito e a violência de gênero dentro de instituições como o Itamaraty. A igualdade de gêneros é essencial para a construção de um caminho rumo à paridade de participação nos espaços de poder, pois as mulheres devem possuir igualdade de acesso e oportunidades na esfera pública.

Pretende-se assim observar a atuação política feminina no

mundo contemporâneo, a fim de se tentar compreender não só a validade dos pressupostos das perspectivas feministas, de que as mulheres têm uma compreensão diferente e contribuições a fazer, mas também tentar disseminar o pensamento crítico no meio acadêmico, provocando assim a discussão e a emergência de ideias que contribuam para a reflexão. Acredita-se que, mesmo não podendo dar todas as respostas o papel das mulheres na política, as perspectivas feministas permitem aos estudiosos ver novos temas, e também reconsiderar as maneiras pelas quais se veem os temas tradicionais, ao incluir as visões das mulheres sobre política, paz e bem-estar, das quais toda a humanidade pode se beneficiar já que, sem dúvida, homens e mulheres não oferecem contribuições diferentes ao conhecimento humano (BALBINO, 2005). É necessário, portanto, que se assuma uma postura crítica e inclusiva e que explore a diversidade de vozes que emergem das intersecções entre gênero e diplomacia, que implique em políticas efetivadas no respeito à igualdade e a não discriminação, pilares básicos para a igualdade de gêneros.



REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*. São Paulo: Cultura: Annablume: Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996-2000. 4 v.
- AVELAR, Lúcia. *Mulheres na Elite Política Brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora Unesp, 2001, pág. 37.
- BALBINO, Viviane Rios. *Diplomata. Substantivo comum de dois gêneros – Um retrato da presença feminina no Itamaraty no início do século XXI*. Originalmente

- apresentada como dissertação de mestrado, Instituto Rio Branco, 2005.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 2. A experiência vivida. Trad. de Sérgio Milliet. 1.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BARMAN, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo, Editora Unesp, 2003.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- CAMARGO, Cláudio. Mulheres em alta. *Isto É*. São Paulo, 07.dez. 2005. Disponível em: <http://www.terra.com.br/isto-e/1886/internacional/1886_mulheres_alta.htm>. Acesso em: 18 jan. 2006.
- CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. *Feminismo-Feminismos*. In: Dicionário Crítico de gênero/ Organizadores: Ana Maria Colling, Losandro Antonio Tedeschi. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015, pp. 244-248.
- CARR, Edward H. *Vinte anos de crise: 1919-1939: uma introdução ao estudo das relações internacionais*. 2. ed. Prefácio Eiiti Sato. Tradução Luiz Alberto Figueiredo Machado. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Ed. da UnB: IPRI, 2001. (Clássicos IPRI, 1). Disponível em: . Acesso em: 02 jun. 2014.
- CARR, Edward Hawlett. *Vinte anos de crise*. Brasília, Editora UnB, 2001.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 4. ed. rev. e ampl. Brasília: Ed. da UnB, 2011.
- COX, Robert. Social Forces, States, and World Order: Beyond International Relations Theory. In: KEOHANE, Robert O. *Neorealism and Its Critics*. Nova York, Columbia University Press, 1986.
- DALMÁS, Giovana; MÉNDEZ, Natália Pietra. *Beauvoir, Simone*. Dicionário Crítico de gênero/ Organizadores: Ana

- Maria Colling, Losandro Antonio Tedeschi. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015, pp.63-69.
- DEUTSCH, Karl. *Análise das relações internacionais*. Brasília: Ed. da UnB, 1982.
- DUMONT, Anne Pérotin. *El Género en Historia*. Londres: School of Advanced Study, London University, 2001. Disponível em: <www.sas.ac.uk/ilas/genero_portadilla.htm>. Acesso em: 13 jul. 2005.
- ELSHTAIN, Jean Bethke. *Public Man, Private Woman*. Princeton: Princeton University Press, 1981.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo, Loyola, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- GOMES, Ângela Castro, *Escrita de Si, Escrita da História*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.
- _. *Notas sobre uma experiência de trabalho com fontes: arquivos privados e jornais*. Xº Simpósio da ANPUH, Niterói, Rio de Janeiro, jul. 1979.
- _. *História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões*. In: SOIHET, R. BICALHO, M. F. B.; GOUVÊA, M. F. S. (orgs.) *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- GONÇALVES, Willians. *O Campo Teórico das Relações Internacionais*. In: BRIGAGÃO, Clóvis. *Estratégias de Negociações Internacionais: uma visão brasileira*. Aeroplano, 2001.
- HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- HARAZIM, Dorritt. *Elas se casaram com o poder*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25. dez. 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/jornal/mundo/190025681.asp>> Acesso em: 23 jan. 2015.

- HOBBISM. In: MERRIAM-WEBSTER Online Dictionary. Springfield, Massachussets: Merriam- Webster, Inc, 2005. Disponível em: <<http://www.m-w.com/cgi-bin/dictionary?book=Dictionary&va=Hobbism>> Acesso em 25 dez. 2015.
- KEOHANE, Robert. In: SYLVESTER, Christine. *Feminist Theory and Gender Studies in International Relations*. Tucson, Arizona: Feminist Theory and Gender Studies Section of the International Studies Association, 2005. Disponível em: <<http://www.isanet.org/sections/ftgs/femir.html>>. Acesso em: 25 dez. 2015.
- LAMEIRINHAS, Roberto. Bachelet vence eleição no Chile. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 16 jan. 2006, p. A10.
- LAURETIS, Teresa de. *A tecnologia do gênero*. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.) *Tendências e Impasses: o feminismo, como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- MASO, Tchella Fernandes; GALHERA, Katiuscia. *Relações Internacionais e Gênero*. In: *Dicionário Crítico de gênero/ Organizadores: Ana Maria Colling, Losandro Antonio Tedeschi*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015, pp. 569-573.
- MATHIAS, Suzeley Kalil. *Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Por uma História da Mulher*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.
- MERKE, Federico. Reconsidering Westphalia: contending perspectives on the future of the nation- state. *Revista Cena Internacional*, Ano 4, n. 1, Jul/2002
- MERLE, Marcel. *Sociologia das Relações Internacionais*. Brasília, Editora UnB, 1981.
- MIGUEL, Luis Felipe. *Gênero e Representação Política*. In *Feminismo e Política*. Org. Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

- MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *Feminismos, epistemologia feminista e História das Mulheres: leituras cruzadas*. Ano: 2015; ISSN: 1519-3276; Revista: Opsis (UFG); Volume: 15; p. 318. 316-329.
- OSBORNE, Raquel. *Son las mujeres una minoría?* Isegoría, n. 14, 1996, p.79-93.
- PATEMAN, Carol. *The Sexual Contract*. Stanford, California: Stanford University Press, 1992.
- PERFIL del Ministro. Ministerio de Relaciones Exteriores de la Republica de Colombia. Colombia,s.d. Disponível em: <<http://www.minrelext.gov.co/mre/Institucional/Ministro.asp>>. Acesso em: 14 fev. 2006.
- PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo, Editora da Unesp, 1998.
- PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. Michelle Perrot. São Paulo, editora Contexto, 2007, 190p.
- PETTMAN, Jan Jindy. Gendered Issues. In: BAYLIS, J; SMITH, S. *The Globalization of World Politics – An Introduction to International Relations*. Oxford, Oxford University Press, 2005.
- PINTO, Celi Regina. *Paradoxos da participação política da mulher no Brasil*. Revista USP, São Paulo, n. 49, p.98-112.
- PITKIN, Hannah F. *Fortune is a Woman: Gender and Politics in the Thought of Niccolo Machiavelli*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- POSSAS, Lídia Maria Vianna. Vozes Femininas na Correspondência de Plínio Salgado. In: GOMES, Ângela Castro, *Escrita de Si, Escrita da História*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.
- PRESIDENTA Michelle Bachelet. *El Mercurio*. Santiago, 16 jan. 2006. Disponível em:<http://editorial.elmercurio.com/archives/2006/01/presidenta_mich.asp>. Acesso em: 25 dez.2015.
- RAGO, Margareth. A colonização da mulher. In: *Do Cabaré ao*

- Lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RAGO, Margareth. *Epistemologia feminista, gênero e história*. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pilar (Org.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.
- RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
- RAGO, Margareth. *Foucault e as mulheres*. In: Dicionário Crítico de gênero/ Organizadores: Ana Maria Colling, Lo-sandro Antonio Tedeschi. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015, pp.264-268.
- SAU, Victoria. *Un diccionario ideológico feminista*. Barcelona: Icaria, 1981.
- SCOTT, Joan W. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. *American Historical Review*, 91:5, 1986. In: DUMONT, Anne Pérotin. *El Género en Historia*. Londres: School of Advanced Study, London University, 2001.
- SCOTT, Joan W. “*História das mulheres*”, in Peter Burke (org.), *A escrita da história. Novas perspectivas*, Ed. Unesp, São Paulo, 2002, pp. 65-98.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade, v. 20, n.2, jul./dez. 1995.
- SYLVESTER, Christine. *Feminist Theory and Gender Studies in International Relations*. Tucson, Arizona: Feminist Theory and Gender Studies Section of the International Studies Association, 2005. Disponível em: <<http://www.isanet.org/sections/ftgs/femir.html>>. Acesso em: 25 dez. 2015.
- TABAK, Fanny; VERUCCI, Florisa. *A Difícil igualdade: os direitos da mulher como direitos humanos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- TÉLLEZ, Cláudio A. *Teoria dos Jogos e Relações*

- Internacionais*. Disponível em: <<http://www.claudio-tellez.org/research/teojogri.pdf>>. Acesso em: 25 dez. 2015.
- TICKNER, J. Ann. Feminist Perspectives on International Relations. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth. *Handbook of International Relations*. Londres: SAGE Publications, 2001.
- TUCÍDIDES. *A História da Guerra do Peloponeso*. Brasília, Editora UnB, 2003.
- VILA-NOVA, Carolina. Bachelet sinaliza liberação do país. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 15 jan. 2006, p. A16.
- TICKNER, J. Ann. Feminist Perspectives on International Relations. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth. *Handbook of International Relations*. Londres: SAGE Publications, 2001.
- WOMEN in Politics. International Institute for Democracy and Electoral Assistance – IDEA. Stocolmo, Suécia, 07 fev. 2006. Disponível em: <<http://www.idea.int/gender/index.cfm>>. Acesso em: 25 dez. 2015
- WOMEN in Politics: beyond numbers. International Institute for Democracy and Electoral Assistance – IDEA. Stocolmo, Suécia, s.d.. Disponível em: <<http://archive.idea.int/women/parl/ch2b.htm>>. Acesso em: 25 dez. 2015.
- WOMEN’S Place, Revisited. *The New York Times*. Nova York, 19 jan. 2006. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2006/01/19/opinion/19thu3.html?ex=1139634000&en=90c27dacf9fd0219&ei=5070>>. Acesso em: 25 dez. 2015.
- WIRTH, Louis. *The problem of minority groups*. In: Linton, Ralph (ed), *The Science of Man in the World Crisis*, New York; p.347-372.
- WOLLSTONECRAFT, Mary. *The Vindication of Rights of Woman*. London: Penguin Classics, 1992.
- YOUNGS, Gillian. Feminist International Relations: a

contradiction in terms? Or: why women and gender are essential to understanding the world ‘we’ live in. *International Affairs*, nº.80, I, 2004.

ZYLBERSZTAJN, Joana. *Direito Internacional dos Direitos Humanos: proteção às Mulheres no STF*. In: AMARAL JUNIOR, Alberto; JUBILUT, Liliana Lyra. (Org.). *O STF e o Direito Internacional dos Direitos Humanos*. São Paulo: Quartier Latin, 2009, p. 413-440.

SITES:

<http://www.elmercurio.com/blogs/2017/06/02/51519/Presidenta-Michelle-Bachelet-Hoy-Chile-es-mejor-que-ayer-porque-estamos-construyendo-bases-nuevas-y-solidas-para-que-el-manana-supere-al-presente.aspx>

Edital concurso CACD 2017

http://www.cespe.unb.br/concursos/IRBR_17_DIPLOMACIA/arquivos/IRBR_ED._1_ABERTURA.PDF

Formatura de diplomatas celebra Marielle. e constrange o governo e o golpe. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/04/formatura-de-diplomatas-celebra-marielle-e-constrange-o-governo-e-o-golpe>

DOCUMENTOS

ARRUDA, Bráz de Souza. *A mulher na Diplomacia*. São Paulo: Revista da Faculdade de Direito de São Paulo, v.4, 1931 pp. 229-243.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. Instituto Rio Branco. *Anuário do Instituto Branco / Ministério das Relações Exteriores*. – Brasília: Instituto Rio Branco, 2016.

QUINTELLA, Thereza Maria Machado. Entrevista de capa por Marianna Goulart. In *Revista Sapiencia*. São Paulo: Edição 32, Ano 07. Janeiro/junho 2018, pp. 6-9.